



Quinta-Feira, 18 de Dezembro de 2025

Sérgio Ricardo dá 15 dias para empresas apresentarem contratos de consignados sob pena de anulação das dívidas

Presidente do TCE, conselheiro Sérgio Ricardo, notificou as empresas nesta terça-feira 3

Redação

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, determinou um prazo de 15 dias para que as empresas responsáveis pelos empréstimos consignados no estado apresentem os contratos assinados com os servidores públicos. Caso não cumpram a determinação, as dívidas poderão ser anuladas, sendo consideradas ilegais. A decisão foi anunciada durante sessão ordinária realizada nesta terça-feira (3).

As empresas foram notificadas e também convocadas para a próxima reunião da mesa técnica que discute o superendividamento dos servidores estaduais. O encontro ocorrerá no dia 12 de junho na sede do TCE-MT, com a presença de representantes da Assembleia Legislativa (ALMT), Tribunal de Justiça (TJMT), Governo do Estado, Ministério Público (MPMT), MT Desenvolve e a Federação Sindical dos Servidores Públicos (FESSP-MT).

“Ou apresentam os contratos até o dia 18 de junho, ou essas dívidas deixarão de existir. O Estado não poderá mais descontar os valores diretamente da folha de pagamento dos servidores, porque vamos considerar a operação ilegal”, afirmou Sérgio Ricardo.

A decisão inédita foi elogiada por outros membros do tribunal. O decano e ouvidor-geral do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, destacou a coragem e o pioneirismo da medida. “É uma solução definitiva que o Governo Federal deveria tomar como exemplo”, afirmou. O conselheiro Valter Albano, que conduz os trabalhos da mesa técnica, reforçou que a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) será orientada a suspender os descontos em folha caso os contratos não sejam apresentados.

Também apoiando a decisão, o procurador-geral de Contas, Alisson Carvalho de Alencar, afirmou que o TCE tem competência constitucional para exigir a prestação de contas, uma vez que as empresas consignatárias firmaram convênios com a Seplag e o Desenvolve MT.

A mesa técnica foi criada em 26 de maio após denúncias sobre irregularidades nos consignados, com casos de servidores que têm até 99% da renda comprometida. Levantamento da Seplag revela que quase 60% dos servidores possuem empréstimos consignados, com média de cinco contratos por pessoa. Entre maio de 2024 e abril de 2025, os repasses às instituições financeiras somaram R\$ 1,7 bilhão.

A proposta da mesa técnica foi feita pelo conselheiro Guilherme Antonio Maluf e está sob relatoria do conselheiro Campos Neto. Um dos focos é revisar o Decreto nº 691/2016, que atualmente permite descontos de até 70% da renda líquida dos servidores, além de discutir um teto legal para o comprometimento da renda com dívidas.

Fonte Secretaria de Comunicação do TCE-MT